

PROCESSO - A. I. Nº 210566.0001/10-0
RECORRENTE - BELAP AGRO PECUÁRIA S/A.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0394-02/10
ORIGEM - IFMT – DAT/NORTE
INTERNET - 27/12/2011

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0354-11/11

EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO. TERMO FINAL. CAFÉ ARÁBICA EM GRÃOS. DESTINATÁRIO LOCALIZADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. Logrou o sujeito passivo comprovar, com documentos hábeis, anexados na peça recursal, a regularidade da operação por ele realizada. A existência de erros meramente formais não podem se constituir em fato gerador do imposto. Infração descaracterizada. Modificada a Decisão recorrida. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário, nos termos do artigo 169, inciso I, alínea “a” do RPAF/99, interposto pelo sujeito passivo contra a Decisão exarada pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal - através do Acórdão JJF nº 0394-02/10 - que julgou Procedente o Auto de Infração epigrafoado, lavrado para imputar ao sujeito passivo a falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$16.568,06, em operação com mercadorias enquadradas no regime de diferimento em situação onde não é possível a adoção do referido regime, desacompanhadas de DAE ou Certificado de Crédito, conforme documentos às fls. 04 a 09.

Em complemento consta na descrição dos fatos o que se segue, in verbis: “*Referente a 540 sc de café arábica em grãos sendo transportados no veículo volvo carreta de placas JZZ-8884 e IMG-8374, conduzido pelo Ramon Araujo da Silva, CNH-03475342376. A mercadoria está acobertada pelo DANFE-000078, datado de 18/06/2010 emitido pela empresa Belap Agro Pecuária S/A, IE-25389896 e pelo DAE, sem número de série, sem valor a recolher, sem data de vencimento, sem autenticação bancária, número da nota fiscal, não corresponde a nota fiscal citada. A mercadoria se enquadra no regime de diferimento destina-se a Industria Alimentícias Maratá Ltda, com CNPJ-03861151000130, estabelecida na cidade de Itaporanga d’Ajuda-Se. Cópias dos citados documentos estão anexados fazendo prova junto ao fisco.*”

O Relator da Junta de Julgamento Fiscal em seu voto, assim se manifestou pela Procedência da autuação, “in verbis”:

“... O fulcro da autuação é de que o contribuinte não comprovou o recolhimento do ICMS substituto por diferimento, nas operações de vendas para outros Estados de 540 sacos de café arábica, constante no DANFE nº 000078, conforme documentos às fls.06 a 10. A infração foi enquadrada nos artigos 343, 347, inciso II, combinado com o artigo 348, § 1º, inciso, do RICMS/97.

A substituição tributária por diferimento diz respeito às situações em que, segundo a lei, a responsabilidade pelo pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação efetuada no presente é transferida para o adquirente ou destinatário da mercadoria ou do bem, ou ao usuário do serviço, na condição de sujeito passivo por substituição vinculado as etapas posteriores, ficando adiados o lançamento e o pagamento do tributo para o momento em que vier a ocorrer determinada operação, prestação ou evento expressamente previstos pela legislação.

De acordo com o artigo 347, inciso II, “a”, combinado com o § 1º do artigo 348, do RICMS/97, o imposto sobre as operações com mercadorias enquadradas no regime de diferimento, destinadas a outra unidade da Federação, deve ser pago no momento da saída das mercadorias, cujo DAE deve ser anexado ao documento fiscal para acobertar o transporte das mercadorias.

Consta que o contribuinte não comprovou o pagamento do ICMS do DANFE nº 00078 de venda de “café arábica em grãos”, emitida em 18/06/2010, em operação interestadual. Assim, no presente caso, o autuado promoveu saída de produto para o Estado de Sergipe, ocorrendo o termo final de diferimento, sendo, portanto responsável pelo pagamento do ICMS.

O autuado, em sua peça defensiva, alegou que procedeu em conformidade com o artigo 483, do RICMS/97. Na análise das peças processuais, verifico que o autuado não procedeu conforme determina o citado dispositivo regulamentar, eis que, o DAE apresentado, fl.08, diz respeito a venda através do DANFE nº 00077. Além disso, observo que consta no campo das informações complementares do documento fiscal que o autuado possui prazo especial para recolher o ICMS devido nas saídas internas e interestaduais de produtos sujeitos ao diferimento, conforme Processo nº 05103619952, Parecer nº 1.129/95, porém, conforme consulta que fiz no INC – Informação do Contribuinte “Pareceres Tributários”, o referido Parecer foi concedido ao contribuinte ISA Irrigação Santo André S/A, Inscrição Estadual nº 25.974.797.

Desta forma, a alegação e os documentos apresentados na defesa, não são suficientes para desconstituir a infração, devendo, no presente caso, ser aplicado o disposto no art. 348, § 1º. I, “a” do RICMS/97, quanto à exigência da comprovação do pagamento. Mantenho o lançamento tributário consubstanciado no Auto de Infração, pois o DAE apresentado para comprovação de cumprimento do citado dispositivo regulamentar, não pode ser aceito, por não fazer referência ao documento fiscal objeto da autuação. Ante o exposto, voto PROCEDENTE o Auto de Infração.”.

Inconformado com o Julgado de Primeira Instância, o sujeito passivo interpõe o presente Recurso Voluntário – fls. 75 a 88 – onde requer a alteração da Decisão proferida pela JJF, para que o Auto de Infração seja julgado Nulo ou, no mérito, Improcedente, aos seguintes argumentos, em síntese:

- I. que o Auto de Infração é nulo, porquanto não houve uma correta subsunção fática entre a documentação e a infração que lhe foi imputada, já que não teve a intenção de burlar o fisco estadual e nem admite que seja patenteado seu comportamento como prática de sonegação, como afirmou o autuante;
- II. que é verídica a informação aposta no campo Informações Complementares da DANFE nº 0078, de 18/06/2010, de que esta enquadrada no regime de Diferimento, conforme “*Certificado de Crédito do ICMS*”. Processo nº 102.342/95 de 14/08/1995, nos termos dos Artigos 347 e 348, combinado com o Artigo 482, Inciso I, do RICMS/BA, “Parecer/GETRI nº 1.126/95” deferido em 16/08/1995, provando, assim, não haver a intenção de sonegar ou burlar o Fisco, e sim um mero erro de informação, conforme documentos de fls. 13 a 16 que anexa aos autos;
- III. que o próprio autuante reconheceu que o recorrente é contribuinte do ICMS, sujeito ao regime normal de apuração de ICMS, nos termos do art. 124, Inciso I, Alínea “a” do RICMS/BA neste sentido, procedeu de acordo com o art. 483, Inciso I, do mesmo regulamento, motivo pela qual o DANFE nº 0078, de 18/06/2010, estava acobertado pelo DAE zerado, devidamente visado por agente fiscal da SEFAZ, portador da Matrícula nº 13.102.891-9, na data de 18/06/2010, conforme documentos de fls. 02 a 04 em anexo;
- IV. que a inobservância do autuante ao considerar o DAE negativo que acobertava a DANFE nº 0078 como documento inidôneo, somente por constar em seu rodapé, no campo Informações Complementar, como parte da DANFE 0077, não exime sua validade, já que o valor de R\$ 16.568,06 corresponde corretamente ao ICMS da DANF nº 0078, além de que no campo nº 5 de Informações do “*DOC. ORIGEM/PLACA DO VEÍCULO*” consta a menção à NF. 0078, devidamente visado por agente fiscal, provando assim não haver nesse caso a intenção de sonegar ou burlar o Fisco, e sim mero erro de informação, já que se estava imprimindo os documentos em sequência, conforme documentos de fls. 06, em anexo;
- V. que para sustento das suas alegações junta o DANFE nº 0077, que foi cancelado em substituição ao DANFE nº 0078, que consta os mesmos dados a exemplo da quantidade de 540 sacos de café, a mesma placa do veículo: JZZ-8884, e transportadora, além da consulta da NFe, Chave de Acesso nº 29-1006-13.666.599/0001-49-55-001-000.000.077-000. 015.091-2, bem como o DAE zerado, relativo ao DANFE nº 0079, onde que consta o mesmo erro de digitação

no campo de Informação Complementar (Nota Fiscal nº 0077), conforme documentos 19 a 21, em anexo;

- VI. contesta a informação do autuante de que teria sido lavrado outro Auto de Infração quanto ao DANFE nº 0077, uma vez que a nota fiscal eletrônica foi cancelada, não sendo sequer apresentado ou mesmo tendo acompanhado alguma carga, e sim somente mencionado através de como informação equivocada, por erro de digitação, nos demais documentos, conforme documentos 20 e 21 em anexo;
- VII. que, ainda, é totalmente infundada a alegação do autuante de que o “saldo credor” do mês anterior (05/2010), no montante de R\$ 22.205,91, não seria suficiente para acobertar os débitos proferidos, por não corresponder com a realidade do sistema de regime especial de apuração mensal;
- VIII. que a conta gráfica se encerra ao final de cada mês, não determinando a obrigatoriedade da existência de saldo anterior suficiente para esse tipo de compensação, não obstante no dia 18/06/2010 a conta gráfica apresentar saldo suficiente para contemplar esses débitos, o que pode ser verificado através de diligência fiscal, conforme os seguintes comprovantes anexados: Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Período 01/05/2010 à 31/05/2010; Registro de Saídas – Período 15/06/201 à 20/06/2010; Registro de Apuração de ICMS nº 2 – Período 01/06/2010 à 30/06/2010; Resumo de Apuração do Imposto 2 – Período 01/06/2010 à 30/06/2010 e Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Período 01/06/2010 à 30/06/2010 documentos 08 a 12, em anexo;
- IX. que, dessa forma, o não recolhimento ou recolhimentos inexpressivos de ICMS como alega o autuante, não a qualifica como sonegadora, uma vez que suas atividades são diversificadas, abrangendo assim várias formas de tributação como: isenção, alíquota zero, suspensão e tributação normal, atuando no mercado interno e externo (exportação), conforme documento 22, em anexo;

Após estas argumentações, requer a redução da multa aplicada para 20%, ou seu cancelamento, por entender presentes os requisitos autorizadores do pleito, por inexistir dolo, fraude ou simulação e por ser empresa idônea e cumpridora dos seus deveres fiscais, sob pena de configuração de confisco, ao tempo que cita trechos de doutrinadores e decisões judiciais, como confirmação de sua tese.

A PGE/PROFIS, em seu opinativo de fls. 117 a 119, da lavra do Procurador Dr. José Augusto Martins Júnior, pronuncia-se pelo Não Provedimento do Recurso Voluntário, aduzindo que as razões recursais não encontram amparo documental, restando claro o não preenchimento dos requisitos esposados no art. 483 do RICMS/BA, em especial, a não correlação do DANFE nº 0078 com o Regime Especial GETRI nº 1129/95 e, igualmente, não correspondência entre o DAE acostado aos autos, às fl. 08, e o DANFE nº 0078.

VOTO

Inicialmente devemos de logo consignar o Auto de Infração foi lavrado sem qualquer vício que o macule, não estando presentes quaisquer das hipóteses ensejadoras de nulidade, previstas no art. 18 do RPAF/BA.

Por outro lado, o fundamento apresentado pelo recorrente para suscitar a nulidade do lançamento de ofício, em verdade é argumento de mérito, o qual será enfrentado neste voto.

Assim que, da análise dos documentos que embasaram a autuação, bem como daqueles anexados pelo recorrente conjuntamente com sua peça recursal, entendemos que deva ser modificada a Decisão recorrida.

E, de fato, muito embora o documento de arrecadação – DAE (fl. 08) que acompanhava a mercadoria - contenha menção, no campo Informações Complementares à NF eletrônica nº 0077 (em verdade DANFE nº 077), o referido documento fiscal foi cancelado, conforme comprova o

documento de fl. 108, extraído do site da própria SEFAZ, cancelamento devidamente registrado no seu Livro Registro de Saídas, conforme documento de fl. 97, anexado aos autos pelo recorrente.

Também consta no referido DAE, no campo Documento de Origem, a menção à NF-e nº 078 (DANFE nº 078), que de fato acompanhava a circulação da mercadoria quando da ação fiscal, o que demonstra que houve equívoco no preenchimento do documento de arrecadação, no campo Informações Complementares, como alegou o recorrente, equívoco este que não tem o condão de embasar a exigência fiscal, porquanto a legislação alberga a operação em tela – saídas interestaduais de café arábica em grãos para outros estados, com encerramento da fase de diferimento, sem o recolhimento do ICMS – DAE ZERADO – quando o contribuinte é optante pelo regime normal de apuração e detenha regime especial que o credencie para tanto.

Neste sentido, também logrou o contribuinte comprovar em sua peça recursal, com a juntada do Parecer GETRI nº 1.126/95 – fls. 101 a 103 - que detém autorização para assim proceder, nos termos dos artigos regulamentares abaixo transcritos, tendo também ocorrido equívoco de menção ao número do Parecer, já que consta no DANFE que acompanhava a mercadoria a menção ao Parecer GETRI nº 1.129/95, que de fato refere-se a outro contribuinte.

Em verdade, o que restou comprovado é que houve erro no preenchimento do DAE em relação ao número do documento fiscal que acobertava a operação, não só quanto à operação objeto desta autuação, como também em relação à operação que teria sido acobertada pela NF-e nº 0079 (DANFE nº 0079), que segundo o autuante também teria sido objeto de autuação, mas o recorrente comprova que o DAE que acompanhava o referido documento também continha o citado equívoco, embora, como no presente caso ora em apreciação, no campo Documento de origem, constasse o seu número correto (vide documento de fl. 107).

Por outro lado, quanto à questão da existência ou não de saldo credor suficiente para ser deduzido do imposto devido na saída interestadual do produto, esta questão seria objeto de verificação através de fiscalização de estabelecimento, e não no trânsito de mercadoria, muito embora a este respeito o recorrente trouxe aos autos sua escrita fiscal do período – vide documentos de fls. 96 e 98, que demonstra a existência de saldo credor.

Do exposto, considerando que o recorrente logrou comprovar com documentos hábeis a regularidade da operação por ela realizada, frisando-se que o DAE em referência foi devidamente visado por agente fiscal identificado por sua matrícula funcional, sem haver qualquer contestação por parte do autuante quanto à idoneidade deste visto.

Considerando, ainda, que erros meramente formais não podem se constituir em fato gerador do imposto, votamos pelo PROVIMENTO do Recurso Voluntário para, modificando a Decisão recorrida, julgar IMPROCEDENTE o Auto de Infração epigrafado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210566.0001/10-0**, lavrado contra **BELAP AGROPECUÁRIA S/A**.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de novembro de 2011.

RUBENS BEZERRA SOARES - PRESIDENTE

SANDRA URÂNIA SILVA ANDRADE – RELATORA

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS